



## **14th BRICS TRADE UNION FORUM**

Brasília, Brazil, April 23-24, 2025



### **DECLARAÇÃO DO 14º FÓRUM SINDICAL DOS BRICS “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável” (Brasília, Brasil, 23 e 24 de abril de 2025)**

1. Representantes das centrais sindicais nacionais dos países membros do BRICS reuniram-se em Brasília, Brasil, em 23 e 24 de abril de 2025, no 14º Fórum Sindical dos BRICS, sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável” e reafirmaram seus compromissos em defesa dos direitos dos trabalhadores, da promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável, em sintonia com os princípios e objetivos que levaram a constituição dos BRICS – em particular a defesa de uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa e democrática.
2. Mudanças geopolíticas recentes, como a ampliação dos BRICS – processo ao qual, mais uma vez, o Fórum expressa o seu apoio – e a crescente relevância dos países em desenvolvimento na nova ordem mundial, antecipam que o mecanismo de cooperação dos BRICS reforçará ainda mais a influência e a voz de seus países membros e parceiros e impulsionará a ordem internacional para uma direção mais justa e equitativa.

3. Esse processo acentua a necessidade de fortalecer o papel dos sindicatos nos processos de governança global – apenas com sindicatos fortes e atuantes será possível assegurar trabalho decente e uma transição justa para uma economia de baixo carbono. Além disso, seu papel é fundamental para a promoção e proteção da democracia, do trabalho, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais – bem como para fortalecer uma cooperação Sul-Sul baseada na solidariedade, no respeito e em benefícios mútuos.
4. O Fórum Sindical dos BRICS, considerando as prioridades da presidência brasileira dos BRICS em 2025, apoia os esforços dos países membros para fortalecer institucionalmente os BRICS e impulsionar a cooperação entre os países membros e parceiros. Destacamos, ainda, a importância de facilitar o comércio e os investimentos entre os países membros e parceiros por meio de meios de pagamento eficientes, bem como de promover uma governança inclusiva e responsável da inteligência artificial em prol do desenvolvimento sustentável.
5. Reconhecemos também a urgência de aprimorar as estruturas de financiamento voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas e apoiamos que esses debates progridam efetivamente durante a realização da COP 30, em Belém, Brasil, em novembro de 2025. Reafirmamos que o enfrentamento da crise climática deve, necessariamente, promover uma transição justa – entendida como um processo que articula o direito ao desenvolvimento sustentável, a transição energética com soberania e o trabalho decente com proteção social e garantia de direitos. Transição justa que também envolve, essencialmente, um esforço relevante de educação dos trabalhadores, participação social e formação cidadã.
6. O Fórum enfatiza que o cenário internacional atual – marcado por um modelo econômico que concentra riqueza, amplia a desigualdade e não combate efetivamente a pobreza – compromete o desenvolvimento das nações e penaliza a classe trabalhadora. Esse cenário é agravado pelo unilateralismo e protecionismo,

em particular, restrições unilaterais ilegais, sobretudo sanções econômicas unilaterais, taxas e tarifas comerciais arbitrárias.

7. Ressaltamos a importância de soluções pacíficas para conflitos e crises humanitárias, na medida em que consideramos a paz uma condição imprescindível para a defesa dos direitos laborais e os interesses dos trabalhadores.
8. Nesse sentido, o Fórum Sindical dos BRICS reafirma a urgência de construir uma ordem internacional mais inclusiva, justa, multipolar e democrática, onde a classe trabalhadora tenha voz ativa nos processos de decisão. Defendemos a reforma das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), e da OMC, para torná-las mais inclusivas, transparentes e eficazes. A governança global não pode ser refém de interesses hegemônicos que perpetuam desigualdades e retrocessos sociais.
9. Apoiamos a expansão de mecanismos financeiros do BRICS, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), para fortalecer nossa capacidade de resposta econômica e reduzir a dependência de sistemas financeiros hegemônicos.
10. No âmbito dos marcos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – emprego pleno e produtivo, princípios e direitos fundamentais no trabalho, salários mínimos vitais, direitos laborais e justiça social –, o Fórum Sindical do BRICS reafirma o trabalho decente como pilar essencial para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover desenvolvimento sustentável – com foco especial em mulheres, jovens, populações vivendo na pobreza, pessoas com deficiências, e outros grupos em situação de vulnerabilidade, além de trabalhadores informais e de plataformas.
11. Diante da precarização, da informalidade e do impacto das novas tecnologias, defendemos o fortalecimento da OIT na proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, na promoção de salários justos, na formalização do emprego, na definição de limites para a jornada de trabalho e na garantia da saúde e da segurança no ambiente laboral. As transformações tecnológicas não podem se sobrepor aos direitos dos trabalhadores. É fundamental assegurar trabalho decente

na transição energética, nos diversos modelos de plataformização do trabalho e no uso na inteligência artificial.

12. Enfatizamos a importância de combater a discriminação de gênero e promover a igualdade de oportunidades para as mulheres, garantindo seu acesso a trabalho decente, proteção social e remuneração justa, além de implementar políticas que assegurem sua participação efetiva em todos os níveis de decisão.
13. Conclamamos os governos do BRICS a reforçar a governança econômica global com foco no emprego pleno e de alta qualidade, na redução das desigualdades e na eliminação da pobreza. Reiteramos a necessidade de políticas que impulsionem o desenvolvimento econômico de alta qualidade, os investimentos públicos e a transição justa para uma economia de baixo carbono. Ao mesmo tempo em que apoiamos as políticas de descarbonização em geral, também notamos o perigo de as tarifas sobre o carbono serem utilizadas como meio de guerra comercial contra os países em desenvolvimento. Assim, as indústrias de novas formas de energia devem garantir emprego digno, acesso universal e proteção dos trabalhadores.
14. Reiteramos as decisões da Declaração de Sochi do 13º Fórum Sindical dos BRICS (2024) de institucionalizar o Fórum como uma instância permanente de diálogo e formulação, de modo a assegurar que os sindicatos estejam presentes nos fóruns de decisão do BRICS.
15. Conclamamos os governos do BRICS a adotarem medidas concretas para incluir os sindicatos na elaboração e execução de políticas públicas, promovendo um diálogo social efetivo e atuante para enfrentar os desafios globais e cumprir as metas multilaterais da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável.
16. Igualmente destacamos a importância do apoio dos Governos dos países membros ao Pacto Global pela Justiça Social, o desenvolvimento sustentável e políticas públicas e privadas contra a pobreza e as desigualdades sociais nos países BRICS.
17. Defendemos a promoção do intercâmbio entre os sindicatos das nações BRICS sobre caminhos de desenvolvimento, da cooperação na formação e investigação

entre os sindicatos dos países BRICS e da inovação e utilização da inteligência digital dentro dos sindicatos, equipando-os assim melhor para enfrentar os desafios colocados pela nova onda de revolução tecnológica e transformação industrial aos sindicatos das nações BRICS.

18. Por fim, estendemos nosso agradecimento às centrais sindicais brasileiras por sediar o 14º Fórum em Brasília e manifestamos nosso total apoio a realização do 15º Fórum Sindical dos BRICS em 2026.

Brasília, 24 de abril de 2025